

Ata da 75ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em quatro de novembro de 2013, com início às nove horas e cinquenta minutos. Sob a Presidência do Vereador **MARCIO PACHECO**, secretariada pelo vereador **GUGU BUENO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Sob a proteção de Deus e havendo número regimental o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, convidando os vereadores para entoarem o hino nacional, haja vista ser a primeira sessão do mês, ao tempo em que solicitou ao senhor Secretário que fizesse a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Neste período foram lidas as seguintes matérias: Ofício nº 218/2013 do gabinete do vereador Romulo comunicando a ausência na sessão do dia 05 de novembro de 2013. Ofício nº 48/2013 do gabinete do vereador Fernando Winter também, informando sua ausência nas sessões dos dias 04 e 05 de novembro de 2013. Ofício nº 87/2013 do vereador Robertinho Magalhães comunicando a ausência na sessão do dia 5 de novembro de 2013. Projeto de Lei nº 207/2013. Emendas 1 à 24 do Projeto de Lei nº 199/2013. Emendas 26 à 38 do Projeto de Lei nº 199/2013. Emendas 1 e 2 a Resolução nº 17/2013. Parecer favorável da Comissão de Trabalho e Legislação Social a Resolução nº 17/2013. Pareceres contrários da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento as Emendas 1,2, 6,7,8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 26, 27, 28 e 29 ao Projeto de Lei nº 199/2013 e ao Projeto de Resolução nº 17 de 2013; bem como pareceres favoráveis às Emendas 3, 4, 5, 19, 20, 24, 25, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37 e 38. Parecer contrário da Comissão de Educação, Cultura e Desporto ao Projeto de Lei nº 203/2013. Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Resolução nº 17 de 2013. Ofício da SEAJUR nº 447/2013 em resposta ao requerimento nº 288/2013. Inscritos para falar no grande expediente, os vereadores: Rui Capelão, Paulo Porto, Luiz Frare e Marcio Pacheco. Finda a leitura da matéria de expediente o Senhor Presidente deixou a palavra livre aos senhores Vereadores para **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA**, quando não houve qualquer solicitação a respeito. **ORDEM DO DIA** – Em discussão o veto total ao Projeto de Lei nº 103/2013 encaminhado através do ofício nº 414/2013 pelo Prefeito Municipal usou da palavra o vereador Jaime Vasatta. Na oportunidade destacou o benefício para a população, notadamente para os que se utilizam diariamente do transporte coletivo e precisam se dirigir até o local para aquisição do vale transporte, pelo que pediu voto contrário ao veto. O vereador Rui Capelão também lamentou o veto, propugnando por formas mais técnicas e práticas, a exemplo daquelas apontadas no projeto de lei em questão, pelo que pediu voto contrário ao veto, acrescentando que o investimento era mínimo e destacando sua independência na votação. Em uso da palavra o vereador Luiz Frare explicou as razões do veto, mencionando estar estribado no valor a ser despendido, ou seja, de 1 milhão,416 mil, 983 reais e 28 centavos, frisando que esta cifra era significativa e relativa ao custo para implantação dos 3 pontos de atendimento, o que redundaria em aumento do custo da passagem entre 5 à 7 centavos, representando gasto adicional para o usuário de 20 centavos ao dia, 6 reais ao mês e 72 reais ao ano. Explicou que esta despesa não estava prevista na licitação, mas que futuramente seria acrescentada na passagem. Em uso da palavra, o vereador Jorge Bocasanta questionou os cálculos apontados, vez que

não haveria este custo todo mês. Apontou que o custo mensal seria de R\$ 98 mil reais, implicando num acréscimo de apenas R\$ 0,02 por usuário. Lembrou que o serviço público deve ter por parâmetro atender bem a população. Em uso da palavra o vereador Gugu Bueno, destacou a importância do projeto e a sensibilidade do seu proponente, todavia informou o papel da sanção e do veto por parte do executivo, quando este concorda ou mesmo discorda e a motivação. Mencionou que é obrigatória a justificativa do veto; realizando um contraponto entre a eficiência do serviço público e o custo. Nesta ótica, explicou que o projeto aumentava o encargo para atender apenas uma parcela de 15 a 17% da população, de modo que votaria favorável ao veto. Em uso da palavra, o vereador Paulo Bebber considerou absurdos os valores constantes da planilha com o respectivo dimensionamento de custos. Pontuou que as tarifas praticadas pelo transporte urbano eram muito altas, informou que votaria contrário ao veto. Concedeu aparte ao vereador Rui Capelão, que questionou o dimensionamento dos gastos elencados na planilha, sobretudo no tocante aos móveis e utensílios. Na sequência, em votação nominal o veto total ao Projeto de Lei nº 103/2013, este foi rejeitado por 13 votos contrários e 06 favoráveis. Foram contrários os vereadores: Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal de Araujo, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini e favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaiteiro, Gugu Bueno, Robertinho Magalhães, Luiz Frare e Romulo Quintino. Em seguida o Presidente submeteu a discussão o veto parcial ao Projeto de Lei nº 171/2013, quando o vereador Gugu Bueno propôs com base no art. 159 do regimento interno, a votação em destaque de cada uma das treze emendas vetadas pelo executivo. O Presidente com base no artigo 119, inciso XIV deferiu o pedido de destaque solicitado pelo vereador Gugu Bueno. Em discussão as emendas 3,15, 25, 26, 31, 35, 54, 55, 63, 92, 99, 100 e 114, para agilizar o trâmite oportunizou que cada um dos proponentes se manifestasse acerca da emenda de sua autoria. No tocante a emenda 3 o vereador Jaime Vasatta reiterou contrário ao veto. Os proponentes das emendas 15 e 25 não desejaram se manifestar. O vereador Walmir Severgnini na condição de autor da emenda 26 explicou que se tratava de construção de alambrado num campo para o bairro Cascavel Velho, pelo que pediu voto contrário ao veto. O vereador Vanderlei na condição de proponente das emendas 31 e 35, não se manifestou. O vereador Marcio Pacheco autor da emenda 54, informou que se manifestaria na sequência, na tribuna. O proponente da emenda nº 55, vereador João Paulo não quis se manifestar. O vereador Paulo Bebber, na conta de autor da emenda 63, explicou a importância de pavimentar com pedra irregular e dar continuidade a pavimentação já existente, entre a BR de Corbélia, passando pelo Reassentamento e saindo ao lado do Show Rural. Apontou que isto demandaria recursos na ordem de 800 mil reais, como contrapartida do município, vez que a obra custaria mais de 3 milhões de reais. Informou o apoio do Estado e da União, mencionando que isto permitiria atender mais de 250 produtores de leite, e grosso modo, aplicar satisfatoriamente os recursos do ITR, do qual afirmou desconhecer a destinação. O vereador Jorge Menegatti autor da emenda nº 92, informou que a mesma tinha por propósito a construção de faixas de pedestre elevadas, contribuindo para redução de acidente. No tocante as emendas nº 99 e 100, o vereador Marcos Rios declinou de manifestar-se na oportunidade. De modo similar, o vereador Pedro Martendal em relação à emenda nº 114. O Presidente solicitou ao vice-presidente que assumisse a sessão e na condição de vereador, se manifestou

com relação à emenda nº 54 de sua autoria. Explicou que lamentava, caso a mesma não fosse aprovada, haja vista as concessões possíveis efetuadas pelos vereadores. Aventou à importância de criação do parque industrial metal mecânico na região norte, assim como a relevância de fomentar a mão de obra a um custo baixo; dotando aquela região de infraestrutura necessária, a um custo de 660 mil reais, considerado baixo, em face do PPA. Solicitou voto contrário ao veto, lembrando a aprovação de apenas três emendas de sua autoria, num total de vinte. No uso da palavra o vereador Gugu Bueno, ressaltou que nunca foram aprovadas tantas emendas, já que das 36 desta Casa de Leis o executivo vetou apenas 13, denotando assim a sua sensibilidade. Lembrou a prerrogativa do poder executivo de decidir onde serão efetuados os gastos destes recursos, mas que inobstante isto aprovou grande parte das Emendas. Ato contínuo pediu voto favorável ao veto das seguintes emendas: 03 - por prejudicar as festividades natalinas; 15 e 26 - por fazer parte de uma rubrica genérica, de modo que poderia ser apresentada na Lei orçamentária, 35 - porque em estudo realizado demandaria gasto de 150 mil reais sem contar o valor da desapropriação, quando teria sido solicitado apenas o valor 60 mil reais; 54 - dada a inexistência de terreno da prefeitura naquela área, capaz de abrigar o parque industrial, além de ser o valor pleiteado, insuficiente; 55 - passível de ser incluída na Lei orçamentária, porquanto a rubrica genérica já existiria no PPA, o que demandaria a criação de outra rubrica; 92 - requisitado 50 mil reais quando estudos apontaram para um gasto na ordem de 390 mil reais; 100 - o valor proposto de 160 mil reais julgado fantasioso já que o valor necessário seria na ordem de 1 milhão 365 mil reais para realização do recape solicitado. Após o exposto, o vereador Gugu Bueno arrematou pedindo voto favorável ao veto das emendas acima especificadas. Em seguida, solicitou a palavra o vereador Rui Capelão, ressaltando o seu trabalho anterior para implantação do Parque Industrial, na região norte e frisando a importância do trabalhador residir próximo ao seu local de trabalho; destacando ser aquela área populosa. Ressaltou a importância de planejamento e, protestou para que em face de dimensionamento inadequado, tais valores fossem estabelecidos por técnicos, mas que não deixasse de contemplar o pleito dos vereadores, quando se mostrassem relevantes para o município. Em aparte, vereador Paulo Bebber destacou que o valor de 660 mil reais, era de fato irrisório para construção de um Parque Industrial, possibilitando adquirir quando muito um quarteirão. Destacou a importância de parceria para ampliação do valor e mencionou que na sua emenda era exigida apenas a contrapartida do município. Em aparte, o vereador Marcio Pacheco lamentou os vetos mantidos e destacou que os proponentes destas emendas eram essencialmente dos vereadores da oposição. Pontuou que no seu entendimento essa ação era mais política do que técnica. Em aparte, o vereador Luiz Frare, apontou a Lei Municipal 2768/98, apontando que é possível a realização de emendas, desde que não implicasse em aumento de despesas; indicando ademais a receita da qual seria extraído o valor correspondente. Lembrou que a região norte já conta com o Núcleo Morumbi, Jaborá, além de Escola Técnica. Afora isto, assinalou que a implantação do Parque industrial exigia área grande, sendo necessária a desapropriação. Em aparte, o vereador Gugu Bueno refutou a assertiva de que a medida adotada teria como parâmetro a esfera política, rebatendo que o vereador Marcio Pacheco foi quem teve mais emendas sancionadas pelo prefeito municipal. Lembrou que houve emendas aprovadas tanto da situação quanto da oposição. Em uso da palavra, o vereador Jorge Bocasanta propugnou por voto favorável a todos os vetos, para que no futuro o prefeito não pudesse alegar que não cumpriu as promessas de

asfaltamento de todas as ruas da cidade de Cascavel, além da construção de hospital na zona norte; ressaltando que a oposição não se mostrava em absoluto contrária ao município. Em votação nominal o veto a emenda 3 de 2013, com a subemenda¹, esta obteve 14 votos favoráveis e 05 contrários, pelo que mantido o veto. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino e Vanderlei Augusto da Silva e contrário os vereadores: Jaime Vasatta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em votação nominal o veto à emenda 15 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013, com 13 favoráveis e 06 contrários este foi mantido. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Pedro Martendal de Araujo, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino e Vanderlei Augusto da Silva e contrário os vereadores: Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em votação nominal o veto a emenda 26 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013 houve 12 votos favoráveis e 07 contrário, sendo portanto mantido o veto. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Pedro Martendal de Araujo, Robertinho Magalhães e Vanderlei Augusto da Silva e contrário os vereadores: João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Romulo Quintino, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em votação o veto a emenda nº 31 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi rejeitado por 16 votos contrários e 03 favoráveis. Foram favoráveis os seguintes vereadores: Jorge Bocasanta, Luiz Frare e Romulo Quintino; e contrário os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Robertinho Magalhães, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Em votação o veto a Emenda nº 35 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi mantido por 12 votos favoráveis e 07 contrários. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Marcos Rios e Rui Capelão e contrário os vereadores: Jorge Menegatti, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal, Vanderlei A. da Silva, Romulo Quintino e Walmir Severgnini. Em votação o veto a emenda 54 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi mantido por 13 votos a favor e 06 contrários. Foram a favor os seguintes vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Pedro Martendal, Romulo Quintino, Vanderlei A. da Silva e contrários os vereadores: Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Rui Capelão e Walmir Severgnini. Em votação nominal o veto a Emenda 55 de 2013 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi mantido por 11 votos favoráveis e 08 contrários. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios e Pedro Martendal de Araujo e contrários os vereadores: Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei

A. da Silva e Waldir Severgnini. Em votação o veto a emenda 63 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi rejeitado por 18 votos contrários e 01 favorável, sendo contrários os vereadores: Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal Araujo, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Waldir Severgnini e favorável apenas o vereador: Aldonir Cabral. Em votação nominal o veto a emenda 92 ao Projeto de Lei nº 171/2013 este foi rejeitado por 10 votos contrários e 09 a favor, sendo a favor: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Marcos Rios e contrários os vereadores: João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Waldir Severgnini. Em votação o veto a emenda 99 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi rejeitado por 15 votos contrários e 04 a favor. Foram a favor os vereadores: Jorge Bocasanta, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth e Romulo Quintino, e contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Paulo Dileto Bebber, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal Araújo, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Waldir Severgnini. Em votação o veto a Emenda 100 ao Projeto de Lei nº 171/2013, este foi mantido por 12 votos favoráveis e 7 contrários, sendo a favor os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber e Romulo Quintino, e contrários os vereadores: Jorge Menegatti, Paulo Porto, Marcos Rios, Pedro Martendal de Araújo, Rui Capelão, Vanderlei A. da Silva e Waldir Severgnini. Em votação nominal o veto a Emenda 114 ao Projeto de Lei nº 171, este foi mantido por 10 votos favoráveis e 09 contrários. Foram a favor os vereadores: Claudio Gaitero, Gugu Bueno, João Paulo de Lima, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Bebber, Marcos Rios, Romulo Quintino e Vanderlei A. da Silva e contrários os vereadores: Aldonir Cabral, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Paulo Porto, Pedro Martendal Araujo, Rui Capelão e Waldir Severgnini. O Presidente suspendeu a sessão por breve intervalo. Na sequência em discussão o Projeto de Lei nº 199/2013, usou da palavra o vereador Rui Capelão. O vereador Rui Capelão propugnou pela remessa de lei orçamentária com pelo menos 60 dias de antecedência, posto que requer análise criteriosa. Aludiu a necessidade de moradia digna, questionando o uso de áreas de utilidade pública para o Programa Minha Casa Minha Vida. No tocante as obras em andamento e consistente em equipar praças de esporte e cultura e, para as quais não há sequer contrapartida do município, este objetou aventando a localização. Em uso da palavra o vereador Paulo Porto, após breve análise afirmou que as ações positivas mereciam aplausos, destacando: aumento de 22 milhões para a Secretaria de Educação, 5 milhões para Secretaria de Educação Infantil, 12 milhões para o Fundo Municipal de Saúde, mais 10 milhões para o Meio Ambiente, dentre outras. Mencionou que o que considerava incongruente efetuar requerimentos, citando: menos meio milhão para Secretaria de Educação Especial; menos 5 milhões para Secretaria Municipal de Cultura em contraponto a 3 milhões e meio destinados para os Gabinetes do Prefeito e do Vice-prefeito, classificou de inexpressiva a cifra de 243 mil para Secretaria Antidrogas. Em uso da palavra o vereador Marcio Pacheco pediu votação em

destaque dos artigos 9º e 10º da Lei Orgânica e, destacou a importância da autonomia do Poder Legislativo. Em aparte, o vereador Gugu Bueno destacou que há um limite estipulado na lei orçamentária anual para remanejamento. Após o quê, o vereador Marcio Pacheco em respeito às explicações fornecidas pelo líder do governo retirou o pedido destaque para os artigos 9º e 10º, posto que os percentuais seria alvo de futuras discussões. Em 1ª votação nominal o Projeto de Lei nº 199/2013, este foi aprovado por 18 votos favoráveis e 01 contrário. Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini e contrário o vereador: Rui Capelão. Na sequência, em discussão o parecer contrário da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento ao Projeto de Resolução nº 17, usou da palavra o vereador Robertinho Magalhães. O vereador Robertinho destacou a importância de parâmetros adequados para o funcionamento desta Casa de Leis, ressaltando todavia a importância de corrigir alguns detalhes, pedindo vistas ao projeto. Em votação nominal ao pedido de vistas foi aprovado pela totalidade dos vereadores, a saber: Aldonir Cabral, Claudio Gaitero, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Jeovane Machado, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Robertinho Magalhães, Luiz Frare, Nei Hamilton Haveroth, Paulo Dileto Beber, Paulo Porto, Pedro Martendal de Araujo, Marcos Rios, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. Finda à ordem do dia o senhor Presidente abriu a palavra para pronunciamento de interesse público, cuja primeira inscrição foi a do vereador Rui Capelão, que abriu mão da mesma, em razão de compromisso com a Comissão de Educação, que fora agendado nos distritos de Rio do Salto e Juvinópolis. Em uso da palavra, o vereador Paulo Porto mencionou a elaboração de 3.500 folhetos, com objetivo de dar publicidade ao contrato de transporte escolar, junto aos pais e alunos. Explicou que os panfletos seriam entregues no salão da igreja de São Salvador, no Colégio Municipal e Estadual de São Salvador e posteriormente em São João, Centralito, e demais localidades onde houvesse necessidade do transporte escolar rural. Frisou que a Comissão era composta por ele próprio, Rui Capelão e Walmir Severgnini; finalizou pedindo que fiscalizassem o contrato de transporte escolar e dessem publicidade ao mesmo. Em vista do adiantado da hora, o vereador Luiz Frare abriu mão da palavra. Por último, o vereador Marcio Pacheco usou a tribuna para dizer do respeito para com os jornalistas e a imprensa em geral, lamentando todavia o posicionamento esposado por um ou outro jornalista. Afirmou que atendeu igualmente os jornalistas: Miguel Portela do Jornal O Paraná; Pedro do Jornal Hoje e Fernando do Jornal Gazeta do Paraná; abordando o mesmo tema. Contudo, o foco foi totalmente desvirtuado em uma das reportagens. Expressou repúdio em relação a este fato, notadamente por ter denominado de regalia pública a resolução que busca disciplinar a presença dos servidores desta Casa de Leis. Expressou preocupação com a distorção da realidade dos fatos, e a tentativa de macular a imagem desta Casa, prestando desserviço a sociedade. Acrescentou que os servidores da Câmara terão controle de presença dentro de critérios coerentes, condizentes com os anseios da sociedade, permitindo inclusive, remuneração mais justa. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às doze horas e três minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi lavrar por mim, Marina Rodrigues Toledo, a presente ata, que depois de lida e aprovada será

devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

MARCIO PACHECO
Presidente

GUGU BUENO
1º Secretário